



## Confira as etapas regionais e nacional do ENEM

Já foram definidos os eixos e datas das etapas regionais e nacional do XII Encontro Nacional de Entidades Médicas- ENEM. Formação médica, mercado de trabalho e remuneração, SUS, políticas de saúde e relação com a sociedade serão os principais eixos temáticos dos encontros que irão debater a conjuntura política e deliberar propostas relacionadas

ao exercício profissional da Medicina. A etapa nacional do ENEM irá reunir 450 delegados, no final de julho, em Brasília. Antes dos encontros regionais Pré-Enem, previstos para maio e junho, foram realizados três fóruns regionais (Nordeste, Sul-Sudeste, Norte/Centro-Oeste), uma iniciativa da Comissão Nacional Pró-SUS que visa, a partir da pauta

nacional do movimento médico, a regionalização e a troca de experiências entre lideranças ligadas a conselhos, associações e sindicatos. Abaixo, o cronograma do ENEM:

Encontro	Data	Local
Pré-Enem Nordeste	30 de abril e 1 de maio	Natal
Pré-Enem Sul/Sudeste	14 e 15 de maio	São Paulo
Pré-Enem Norte/Centro-Oeste	4 e 5 de junho	Belém
Enem	27 a 30 de julho	Brasília

## Dados imprecisos do CNES penalizam médicos

Foi encaminhado pela Comissão Nacional Pró-SUS ao Ministério da Saúde pedido de solução do problema que envolve os dados dos médicos inseridos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES. Instituído em 2000, o CNES é um grande banco de

informações sobre as condições de infraestrutura e de funcionamento dos serviços de saúde de todo o país. Uma das informações fornecidas pelos gestores refere-se aos profissionais médicos empregados nos serviços. Cada médico recebe um Código Brasileiro de

Ocupação (CBO) e pode estar cadastrado no CNES com até cinco CBO's, exceto o médico da saúde da família que só pode ter dois CBO's. No CNES o médico deve ter carga horária máxima de 64 horas semanais, somando todos os estabelecimentos de saúde

nos quais ele trabalha: particulares, públicos, ambulatoriais e hospitalares. Como muitos gestores não mantêm informações atualizadas, não corrigem nem retiram os dados alimentados no CNES sobre seus profissionais e as respectivas cargas horárias, muitos médicos

estão sendo penalizados. Denúncias na imprensa e até ações judiciais passaram a ser instauradas, com base no CNES, contra médicos que figuram equivocadamente no cadastro com acúmulo de vínculos e excesso de carga horária.

## Vital do Rêgo é o novo relator do “salário mínimo”

A Comissão Nacional Pró-SUS acompanha de perto a tramitação do projeto de lei PL 3734/2008, do deputado federal

Ribamar Alves (PSB-MA), que institui o salário mínimo profissional dos médicos e dentistas, definido em R\$ 7.000,00 para jornada de 20 horas se-

manais. No momento, o projeto tramita na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, com relatoria

do deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB), depois de ter recebido parecer favorável na Comissão de Trabalho, de Ad-

ministração e Serviço Público (CTASP) e de passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

## Cremsp vê falhas nos CAPS

A Comissão Pró-SUS, ao lado da Câmara Técnica de Psiquiatria do CFM, deve aprofundar o debate sobre a assistência psiquiátrica no Brasil. Esta é a opinião do membro da Comissão Pró-SUS e vice-pre-

sidente do Cremsp, Renato Azevedo Júnior, ao apresentar estudo inédito do Cremsp que revelou falhas no funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), responsáveis pelo atendimento, no

SUS, a pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, incluindo a dependência de álcool e drogas. Foram avaliados 85 CAPS, dentre os 230 centros em funcionamento em São Paulo. “Nós apoiamos e va-

lizamos os CAPs, mas eles precisam funcionar adequadamente”, diz Renato Azevedo. Dentre os resultados, 42,0% dos CAPS não contavam com retaguarda para internação psiquiátrica; 31,3%

não tinham retaguarda para emergências psiquiátricas e 66,7% não disponibilizavam atendimento médico clínico na unidade. O estudo na íntegra pode ser conferido em [www.cremesp.org.br](http://www.cremesp.org.br)

## Santa Casa de BH, um bom exemplo

O membro da Comissão Nacional Pró-SUS, 3º Secretário do CRM de Minas Gerais e diretor clínico da Santa Casa de Belo Horizonte, Hermann

Tiesenhausen, destacou o projeto “Santa Casa 1000 leitos SUS” como um bom exemplo de redução do déficit de leitos no sistema público.

A iniciativa que reúne o Grupo Santa Casa de Belo Horizonte, a Prefeitura de Belo Horizonte e o Ministério da Saúde, permitirá a ativação

de mais 343 leitos para atender aos pacientes do SUS. No final do projeto, em 2011, a Santa Casa terá mais de 1.000 leitos, saltando das

atuais 1,8 mil internações/mês para 3,4 mil/mês, sendo 40% da assistência voltada para atender pacientes de outros municípios mineiros.

## CFM sedia fórum nacional sobre urgência

O atendimento a urgência e emergência ainda é um dos maiores gargalos do sistema de saúde brasileiro. Mesmo com a ampliação da rede dos Serviços de

Atendimento Móvel de Urgências (SAMU 192), é preciso avançar na valorização e qualificação das equipes médicas, na organização dos fluxos de atenção e no aten-

dimento adequado às urgências.

No dia 24 de junho de 2010, o CFM sediará, em Brasília, um fórum nacional para discutir o tema. Serão abordados o trabalho

médico na urgência e emergência no sistema público, a política de assistência médica na urgência e emergência, a gestão do sistema e classificação de riscos, e a

formação do médico de emergência. A programação completa e outras informações estarão disponíveis no site do CFM: [www.portalmedico.org.br](http://www.portalmedico.org.br)

## PEC da Carreira de Estado é analisada na Câmara

Encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, para análise de admissibilidade, a Proposta de Emenda à Constituição 454/09, dos deputados Eleuses Paiva (DEM-SP) e Ronaldo Caiado (DEM-GO), que cria a carreira de médico nos serviços públicos federal, estadual e municipal, semelhante a de juizes e promotores, e estabelece a remuneração inicial da categoria em R\$ 15.187,00. Segundo a PEC, a atividade de médico só poderá ser exercida por ocupantes de cargos efetivos, contratados por concurso público, com ascensão funcional baseada, alternadamente, em critérios de merecimento e antiguidade. Em regime de dedicação exclusiva, será permitida a ocupação de outro cargo ou função apenas no magistério. O exercício administrativo e funcional do cargo de médico de Estado seria regulado e fiscalizado pelo Conselho Federal de Medicina. Caso seja aprovada a admissibilidade pela CCCJ da Câmara, a PEC será examinada por comissão especial e, depois, votada em dois turnos pelo Plenário.

### PCCV da Fenam

Lançado em junho de 2009 pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam) o modelo do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) poderá se tornar importante referência tanto no Sistema Único de Saúde (SUS) quanto no setor privado. O plano contou com consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e parceria com a Associação Médica Brasileira (AMB) e Conselho Federal de Medicina (CFM). A Comissão Nacional Pró-SUS aprovou, através do CFM, visando ampliar a divulgação do documento, a impressão de mais de 10 mil exemplares. O PCCV também pode ser acessado no site [www.fenam.org.br](http://www.fenam.org.br).

### Grupo de Trabalho do MS

Após encontro com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e com técnicos do Ministério, a Comissão Nacional Pró-SUS e as entidades médicas nacionais aguardam a criação do Grupo de Trabalho que vai discutir a *Carreira Médica Nacional do Sistema Único de Saúde*. Um dos objetivos da comissão será tratar da carreira do médico como forma de enfrentar o problema da alta rotatividade, da baixa adesão e da precarização do trabalho do médico em localidades do interior do país, nas periferias dos grandes centros, na atenção básica e no programa Saúde da Família.

---

### “Aquecimento” para o ENEM

No dia 8 de junho de 2010, na sede do Conselho Federal de Medicina, em Brasília, lideranças médicas e especialistas convidados, irão debater a Carreira de Estado e suas implicações para os médicos e o sistema de saúde. O debate será um “aquecimento” da discussão que retomará em julho, como um dos temas do XII Encontro Nacional de Entidades Médicas – ENEM, que acontece de 27 a 30 de julho, também em Brasília.

## Nova Pnad faz raio X da saúde no Brasil

Entre os 57,6 milhões de domicílios do país, 27,5 milhões (47,7%) estão cadastrados no Programa Saúde da Família (PSF) ligado ao projeto Atenção Básica no Brasil, formado por equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde que acompanham as famílias em área geográfica delimitada. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2008) do IBGE, divulgada em março de 2010.

Também segundo a Pnad, hoje 26,3% da população têm plano de saúde privado. Em 2008, cerca de 139,9 milhões de pessoas (ou 73,6% da população) afirmaram ter procurado atendimento médico. O posto ou centro de saúde foi o local mais procurado (56,8%), seguido pelos consultórios particulares (19,2%) e pelo ambulatório de hospital (12,2%). As demais categorias (farmácia, ambulatório

de clínica ou de empresa, pronto-socorro e agente comunitário, entre outros), juntas, representavam 11,8% dos locais procurados. O posto de saúde foi mais procurado pelas pessoas com menor rendimento.

Em relação a 2003, cresceu em 28,5% o número de mulheres que já haviam se submetido a exame clínico das mamas, e em 48,8% o contingente de mulheres que já haviam feito mamografia.

No mesmo período, aumentou em 25% o total de mulheres que já haviam feito preventivo para câncer no colo do útero.

Cerca de 60 milhões de pessoas (31,3% da população) afirmaram ter pelo menos uma doença crônica, sendo as mais informadas: hipertensão (14,0%), doença de coluna ou costas (13,5%), artrite ou reumatismo (5,7%), bronquite ou asma (5,0%), depressão (4,1%), doença de co-

ração (4,0%) e diabetes (3,6%). Quanto maior o rendimento, maior o percentual de pessoas que afirmaram ter ao menos uma doença.

Ainda de acordo com a Pnad 2008, 77,3% da população residente no Brasil autoavaliaram seu estado de saúde como "muito bom ou bom"; 18,9% como "regular" e 3,8% como "ruim ou muito ruim".

A Pnad na íntegra está disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

## NOTAS DO SUS

**UTI.** Com o objetivo de reduzir os riscos aos pacientes, profissionais e visitantes, a Resolução RDC N 7/2010 da Anvisa estabeleceu novos requisitos mínimos para funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva públicas e privadas, que mantêm mais de 27.000 leitos no país.

**TARJA PRETA.** Os medicamentos para emagrecer que contêm sibutramina passaram a ter

um controle maior de prescrição e venda desde o dia 30 de março. A Resolução RDC 13/2010 da Anvisa remaneja a substância da lista C1 para a Lista B2 dos medicamentos sujeitos à controle especial (Portaria 344/98). Com isso, a tarja do medicamento muda de vermelha para preta e só poderá ser vendido com receituário azul, em que a numeração é fornecida pela vigilância sanitária.

A Anvisa afirmou que encaminhará aos CRMs relação de médicos que supostamente vêm cometendo irregularidades na prescrição de psicotrópicos anorexígenos.

**CÂNCER.** Foi instituído Grupo de Trabalho do Ministério da Saúde com a finalidade de avaliar o Programa Nacional de Controle de Câncer de Colo do Útero. Dentre os 15 membros do Grupo há um representante

das entidades médicas, no caso, da Febrasgo - Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. Ainda é insuficiente e desorganizado o rastreamento na população e o seguimento dos casos detectados de câncer de colo do útero. Também continua precário o acesso das mulheres com lesões intraepiteliais cervicais de alto grau aos cuidados de média e alta complexidade no SUS.

**MEDICAMENTOS.** O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) aponta que o orçamento federal para a compra de medicamentos em 2010 é menor do que o de 2009. O valor de R\$ 3,3 bilhões representa uma redução 4%, ou R\$ 140,7 milhões. O Conass cobra acréscimo de R\$ 8 bilhões aos R\$ 31 bilhões que o governo pretende destinar para assistência farmacêutica, atenção básica, média e alta complexidade.

## COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

**Coordenador:** Aloísio Tibiriçá Miranda. **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Peixoto Pimentel, Ceuci de Lima Xavier, Cláudio B. Souto Franzen, Eduardo Santana, Florentino Cardoso Filho, Frederico Henrique de Melo, Hermann V. Tiesenhausen, José Fernando Maia Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Costa Bichara, Mauro Luiz de Brito Ribeiro, Renato Azevedo Júnior, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Waldir Cardoso, Wilton Mendes, Wirlande Santos da Luz.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)

Tel: (61) 3445-5957 Fax: (61) 3246-0231 – e-mail: [comissoes@cfm.org.br](mailto:comissoes@cfm.org.br)